

Zero³

**PARA ONDE VAI
A UNIVERSIDADE**

Na página central
um levantamento dos principais
problemas causados pela crise
econômica no ensino.
E diante das dificuldades, os
nomes que estão se candidatando
ao difícil — mas cobiçado —
cargo de Reitor da UFSC.

ESTA É A TURMA QUE VAI PÔR UMA BOCA NO MUNDO

ESTES SÃO OS PRIMEIROS JORNALISTAS FORMADOS PELA UFSC:

Aglair Maria Bernardo
Beatriz Porto
Bento Silvério
Doraci Engel
Idro Antonio Prado Júnior
Jarson Elberto Frank
Joedna Cesalia da Silva
Lúcia Helena E. Vieira da Silva
Márcia Estela Barentin da Costa
Márcio Dison da Silva
Marcos Humberto Scotti
Maria Aparecida M. Garcia Velloso
Maria da Graça Silva
Maria Goretti Gamba Proença
Sandra Carla de Deus Inácio
Valmeron Luiz de Bona
Vanderlei Luiz Ricken
Zenon Vito Bonassis Filho

Para sensibilizar o mercado de trabalho, a primeira turma está
fazendo o seu "lançamento" através de uma campanha publi-
citária. Página 7.



CUIDADO! OS TURISTAS ESTÃO CHEGANDO

Já nos primeiros dias do verão a nossa Ilha começa a ser invadida pelos turistas. Com a crescente desvalorização do cruzeiro, e com o processo inflacionário mundial, Florianópolis tem sido foco de atração turística para muitas pessoas.

Desde os anos 79 e 80, com o "boom" da invasão de argentinos, que rendeu para a economia da Cidade a quantia aproximada de Cr\$ 2 bilhões, a Prefeitura tem visto este setor (o turismo) com outros olhos. Segundo Airton Oliveira, responsável pela Setur — Secretaria de Turismo —, nesta época do ano, os hotéis estão sempre superlotados, com a maioria dos turistas sendo pessoas que já costumam visitar a Ilha neste período. A Setur conta com um programa de lazer (essencialmente veranista) incluindo campeonato de surf, campeonato de velas, ginástica na praia, etc.. Porém, nos corredores desta secretaria, o assunto mais badalado nestes dias são os preparos carnavalescos. "O apoio dado ao carnaval não é uma forma de atrair turistas", garante Airton Oliveira, "mesmo porque os hotéis já estão saturados. A atenção dada ao carnaval é uma forma do Estado participar das festas populares. Afinal de contas é só uma vez por ano, então o Estado dá esta contribuição à população.

NO CALOR DOS ÔNIBUS ESPECIAIS

A temporada de turismo é também a temporada dos ônibus especiais. Ivo Hiebert, responsável pela Divisão de Transporte Coletivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, diz que estes ônibus funcionam em acordo com a prefeitura, devido à grande procura pelas praias. Os ônibus "de linha" teriam o seu horário normal, enquanto os extras sairiam assim que estivessem lotados. Quanto ao preço, que varia entre cem a cento e vinte cruzei-

ros, segundo Ivo, corresponde à taxa real que a empresa cobra sem o subsídio da Prefeitura, o que não acontece com os de linha. No sistema de tarifa social o usuário paga quarenta e cinco cruzeiros e, o restante, variando conforme a distância percorrida, é subsidiado pela Divisão de Transporte da Prefeitura.

Ivo Hiebert, não acredita no sucesso da estatização das empresas como solução ao problema de transporte coletivo e diz: "O usuário pega o ônibus especial se quiser, porque os da linha estão funcionando normalmente." Se estão, realmente não se sabe. Porém uma coisa é certa, numa sociedade onde todos vivemos movidos pela pressa, ninguém consegue esperar horas e horas num ponto de ônibus, enquanto passam inúmeros ônibus especiais, ainda que superlotados. Quem realmente sai perdendo são os membros da comunidade, pois os turistas, na sua maioria, se locomovem de carro próprio. É o pessoal da comunidade que usa este meio para chegar até o Centro. São famílias procurando um dia diferente numa praia, fugindo da rotina diária. E os ônibus especiais estão aí, rodando mais frequentemente que os de linha.

PRAIA INTERNACIONAL: UM ENCLAVE EM TERRITÓRIO NACIONAL

"É outra praia, outro nível, outra concepção. Esta frase está num outdoor na Rodovia SC-401 que leva a Jurere. Realmente esta praia agora é internacional, ela foi elitizada, e fica claro que praia não está sendo mais um lugar comum a todos. Jurere Internacional, um empreendimento da Habitasul, estava em planos há mais de dois anos e agora está se concretizando.

São aproximadamente cem mil metros quadrados de espaço físico, com lotes fi-

nanciados em até quarenta e oito meses, e casas com financiamentos de até vinte e cinco anos. Iniciado em novembro, com forte campanha publicitária, já está com mais de 50% de seus lotes vendidos, na sua maioria para gaúchos, cariocas e paulistas. Isto significa que, contradizendo informação da Setur, o turista se mostra interessado na aquisição de imóveis aqui em Florianópolis. Contando basicamente com capital da Habitasul, o empreendimento também terá participação de capital estatal via Embratur — Empresa Brasileira de Turismo — na construção de um hotel internacional, categoria cinco estrelas, enquanto que a nível nacional enfrentamos problemas gravíssimos de habitação.

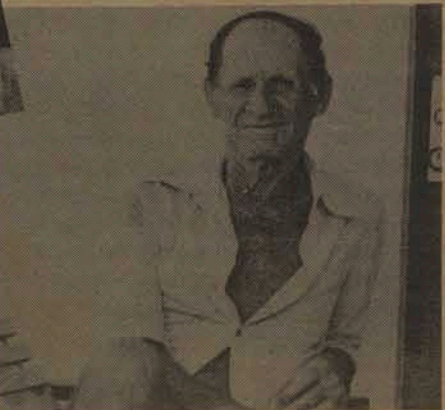
Este empreendimento vislumbra a imagem de um oásis no meio de um mundo tão conturbado. Incluindo a caça submarina no seu leque de opções de lazer, põe em risco a fauna natural da ilha, que tão pouco interesse tem despertado aos nossos cientistas. Tudo isto é um privilégio de que vive no "pedaço mais fascinante da ilha de Santa Catarina". (Valdir Cachoeira)

A INVASÃO

Os turistas gradativamente "empurram" os habitantes do interior da ilha, das comunidades costeiras como — Armação, Canasvieiras, Lagoa, etc — para longe da faixa litorânea, atrapalhando a tranquilidade do povo ilhéu.

Além da espoliação imobiliária, existem queixas apresentadas por moradores de Canasvieiras que alegaram ter perdido a praia, pois a atividade pesqueira artesanal foi proibida. Um barracão que alojava alguns barcos de pesca foi demolido recentemente pela prefeitura de Florianópolis.

A destruição ambiental preocupa os moradores mais antigos de Canasvieiras. Seu Manoel, o comerciante, diz que "o turista acabou com muita coisa boa aqui". Seu João conta que "uma vez, uma família chegou a botar arame farpado até na praia".



polis, com o respaldo dos veranistas, que já estavam há bastante tempo pressionando os proprietários.

Seu João Coelho da Costa, residente naquela localidade há 76 anos, diz que os pescadores só podem ir ao mar após as 10 horas da noite, pois as lanchas dos veranistas destroem as redes de pesca, além de o ruído afugentar os cardumes: "agora, só dá pra pescar no inverno ou tarde da noite. Essa gente acabou com nossa roça e a pescaria, uma vez uma família chegou a botar arame farpado até na praia".

Os moradores de Canasvieiras, sentem um total desprezo, por parte da Prefeitura, nas vias de acesso da rodovia à comunidade. Estas continuam esburacadas e sem infra-estrutura, como foi o caso dessa última enchente "que derrubou tudo aqui, ... um lamaçal que os carros nem conseguiram passar". Já na faixa litorânea de Canasvieiras, há rede de esgoto, asfalto, calçamento oferecendo segurança e comodidade aos veranistas.

Manoel José da Silva, comerciante local, diz que o turismo faveleceu o comércio, porém acabou com sua clientela habitual. Os moradores nativos agora fazem seus ranchos na cidade, onde encontram melhores preços, consumindo ali, apenas pequenas mercadorias. (Texto e fotos de Thalys Telemberg)

Lutar e Vencer

Sábado. Enquanto boa parte dos estudantes da UFSC já trocou a sala de aula pelo sol quente desta manhã, uma dezena de professores e estudantes trabalham na sala de redação do Curso de Jornalismo. Laudas e laudas espalhadas pelas mesas. Diagramas sendo riscados. Contatos. Negativos. Uns batem à máquina, um outro escuta Mercedes Sosa enquanto pensa num título. Estamos fechando a edição nº 3 do Zero.

Aulas em pleno verão. Inconveniências provocadas pela intransigência não de professores e funcionários, mas daqueles que não quiseram aceitar seu movimento reivindicatório. Os cortes aconteceram, a situação das Universidades está cada

vez mais difícil e o Zero, mesmo fazendo regime (em pouco tempo emagreceu de 16 para 8 páginas) terá que lutar para sobreviver.

Pensar a educação no Brasil transformou-se, em 1983, num exercício cabalístico de adivinhação. Serão os astros propícios? Será a era de Aquarius favorável à concessão de verbas suficientes? Que o destino nos seja leve e o céu não caia sobre as nossas cabeças.

Para ajudar, de alguma maneira, neste exercício de futurologia, Zero desvenda, nas páginas centrais, a ponta de um "iceberg": os candidatos a Reitor e a crise da Universidade serão os pratos principais de todas as discussões na UFSC este ano. Pela pontinha, que aparece

muito de leve nestes levantamentos preliminares, os futurólogos já podem prever que não terão muito trabalho: a coisa está preta.

Estamos perdendo a educação!

"Temos que aprender a conviver com uma situação adversa", disse a Ministra Ferraz diante do corte de 12 bilhões de cruzeiros nas finanças já raquíticas do MEC. Um "bom conselho", de uma professora "experiente". E a gente aprende a conviver com uma situação adversa se organizando, participando dos movimentos de professores, estudantes e servidores. (Marcus Vinícius e Aderbal Filho, do Centro Acadêmico do Jornalismo)

ZERO

Jornal Laboratório do Curso de Comunicação Social — Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Fevereiro de 1983. Tiragem: 2 mil exemplares. Circulação: Campus da UFSC. Distribuição gratuita.

REDAÇÃO: Aderbal João da Rosa Filho, Aline Silvana Bertoli, Álvaro Lobato Martins, Beatriz Wagner, Carlos Alberto de Souza, Celita Maria Forte Campos, Celso Vicenzi, Eliana Arndt, Gilberto Colzani Filho, Isabela Maria Barbosa da Silva, Ivan Luiz Giacomelli, Jane Maísa Didoné, Janete Jane Cardozo, José Antônio de Souza, Luciene Rebelo Cruz, Marcos Vinícius Spuldar, Maria Aparecida Martins Borges, Maria Fernando Farinha Martins, Maria José Baldessar, Patrícia da Silva Grillo, Renato Barreto, Romeu Scirea Filho, Sandra Mara Cidade Gentil, Sérgio Murillo de Andrade, Suzete Terezinha Sandin, Teresa Rodrigues Hickel, Thalys Telemberg, Valdir Cachoeira, Viviane Goulart e Viviane Bonetti Scirea (Repórteres, Redatores, Diagramadores e Paginadores, Alunos das Disciplinas Jornalismo Gráfico, Educação e Ilustração, 6.ª fase).

Composto e Impresso na Empresa Editora O ESTADO, Rodovia SC-401, Saco Grande, Florianópolis — SC.

UMA PONTE E MUITOS PROBLEMAS

Com o fechamento da ponte Hercílio Luz, há um ano, os florianopolitanos voltaram a sofrer de algo que já fazia parte do passado: as filas nas pontes que ligam a Ilha ao Continente. O tráfego que passava pela cinquentenária ponte (24 mil veículos/dia) foi desviado para a Colombo Salles (50 mil veículos/dia) e problemas idênticos aos que a cidade enfrentava antes de 1974 — quando havia uma só ponte — começaram.

Primeiro voltaram as quilométricas filas, que chegam a congestionar o trânsito do Centro de Florianópolis e longos trechos da avenida Ivo Silveira (no Continente). Depois, com as filas, aumentaram os acidentes. Só na Colombo Salles, a Delegacia de Acidentes de Trânsito da capital registrou, no ano passado, um número de ocorrências duas vezes superior aos ocorridos nos últimos dois anos nas duas pontes.

Mas, estes números não dão a dimensão real dos acidentes na ponte, já que as ocorrências que acontecem na hora do rush não são registrados nem pela Delegacia nem pelo Detran. Nem poderiam, pois uma interrupção de poucos minutos no fluxo de automóveis que passa pela ponte causa um engarrafamento gigantesco.

Como solução para estes congestionamentos, a Secretaria dos Transportes e Obras do Estado pediu ao DNER a agilização nas obras do novo acesso a BR-101, que estavam paralisadas. Este acesso, segundo a Secretaria, deveria solucionar, em grande parte, o incomodo das longas esperas nas filas. Mas isto não ocorreu.

A exemplo das demais obras concluídas às vésperas das eleições, o acesso, inaugurado no dia 8 de novembro, com custo de Cr\$ 1 bilhão e 120 milhões, não estava pronto para ser aberto e, em vez de solução, está trazendo mais problemas, que podem ser localizados assim que saímos da ponte, no Continente: a entrada tem sinalização inadequada. Os tre-

vos ainda hoje não foram concluídos, o que obriga os motoristas que dirigem a Coqueiros, Bom Abrigo ou Abraão a fazerem o retorno no trevo de Campinas, quase no final da Ivo Silveira.

Mas são os turistas os mais prejudicados: da BR-101, eles não conseguem chegar aos bairros ao Sul do acesso. Precisam vir até o Centro da cidade, para conseguí-lo.

Outro paliativo para esta caótica situação foi imaginada pelo Detran: dividir a ponte em três vias no sentido que apresentar o maior fluxo de carros e uma no que apresentar o menor. Assim, das sete às nove da manhã e da um às três da tarde, as três pistas operariam no sentido Continente—Ilha, e das onze da manhã à uma e das cinco às sete da tarde, no sentido Ilha—Continente.

Para a implantação deste esquema, a Secretaria de Transportes instalou sinaleiras nas duas cabeceiras da ponte, a um custo de Cr\$ 25 milhões, sendo que em breve os sinais serão operados por computador comandado por sensores instalados sob as pistas.

Este esquema, sem as sinaleiras, foi acionado pelo Detran em julho do ano passado, quando houve um dos maiores congestionamentos desde que a Hercílio Luz foi fechada (era dia de jogo do Brasil na Copa do Mundo).

O resultado foi outro engarrafamento, na outra extremidade da ponte. Em fins de janeiro deste ano, tentou-se aplicar novamente o esquema, desta vez com as sinaleiras funcionando e o resultado foi idêntico, previsto inclusive pelo guarda que faz o policiamento na ponte: "Vai dar a maior zebra". E deu.

Marcos Brusa, secretário adjunto da Secretaria dos Transportes, também considera estas medidas paliativas, "mas são as únicas que podemos tomar, estamos apenas tentando evitar grandes congestionamentos". Para ele, a solução para os engarrafamentos



Policiais não acreditam na eficiência das sinaleiras

não é técnica, mas "administrativa": "Somente com a criação de horários diferenciados de trabalho para os comerciários, estudantes e funcionários públicos resolveríamos o problema".

Além desta solução política, "que só o governador pode tomar", Brusa tem outra, esta definitiva: "a conclusão das obras da terceira ponte, prevista para maio de 84 e a recuperação da Hercílio Luz dois meses mais tarde". Isto, se não faltarem as verbas necessárias...

E A NOVA PONTE, SERÁ QUE SAI?

Em agosto do ano passado o PDS fez um grande comício para receber o Presidente Figueiredo que estava trazendo Cr\$ 300 milhões para a construção da terceira ponte. Hoje, passados quase sete meses, a obra, que iria "resolver definitivamente o problema do tráfego entre a Ilha e o Continente", está ameaçada de parar por falta de verbas. E já se questiona o tempo de sua conclusão.

"A obra não está no ritmo que desejávamos, mas não vai parar. Ainda não conseguimos os recursos externos (28 milhões de dólares) necessários, mas atualmente o Estado tem coberto todos os gastos com a ponte, (Cr\$ 600 milhões, aplicados na implantação do canteiro e no pagamento da Comissão)", disse o secretário adjunto da Secretaria dos Transportes e Obras, Marcos Brusa. O secretário adjunto acrescentou que

o Estado só vai ter condições de bancar a obra por mais seis meses (faturas de Cr\$ 300 milhões por mês), quando chegar a estrutura metálica. A partir daí, os custos crescerão muito e, se dentro deste prazo (seis meses) não chegar o financiamento externo, não vai dar para garantir a viabilidade da obra. Sobre a comissão criada para a construção da ponte, Marcos Brusa afirmou que ela existe como "efeito de facilidade administrativa" e que se encarrega exclusivamente da construção e fiscalização da ponte. A comissão é formada pelo ex-governador Colombo Salles, por Oyedo Gouveia Lins e Ernani Santa Rita, que recebem proventos pelo seu trabalho. Brusa disse "não ter condições de verificar a quanto chegam estes proventos, pois não faço parte desta comissão" (segundo a Informação Geral de O Estado de 02.02.83, na mesma tarde em que Brusa recebia o ZERO, o governador Henrique Córdova nomeava-o para substituir Colombo Salles, que fora nomeado para o Tribunal de Contas do Estado).

Mas se o secretário adjunto acha que dá para ir tocando a obra, o mesmo não acham os operários da empresa Mega, subempreiteira encarregada das fundações da ponte. Segundo eles, a obra "está quase parando e tá faltando verba". Ainda segundo os operários, dos aproximadamente 280 trabalhadores que iniciaram a construção, 80 já haviam sido demitidos e que poderia haver mais demissões. (Texto e foto de Ivan Giacomelli).

Não se sabe quanto custou à cidade o aguaceiro do dia 6 de janeiro, mas sabe-se que parte dos problemas poderiam ser evitados com a aplicação de 700 milhões de cruzeiros, custo previsto para o alargamento de seis canais na cidade. Como é comum, o trabalho não foi feito sob a alegação de falta de verbas. Engenheiros da Themag realizaram um plano de drenagem concluído em maio do ano passado. Mais recentemente, foi feito um estudo sobre o canal da Agronomia, mas também não há previsão sobre o início dos trabalhos. O mesmo problema certamente afetará Palhoça, São José e Biguaçu, municípios que também estão merecendo a atenção dos engenheiros, com estudos de dragagem em andamento. Mas não há nenhuma previsão para o final dos estudos e muito menos para o início e final das obras.

Segundo o engenheiro Fernando Clark Nunes, professor da UFSC que fez parte da equipe que iniciou o projeto, uma fiscalização competente poderia evitar muitos problemas. "As prefeituras tem competência para exigir das firmas de construção, baseadas em lei, a implantação de galerias pluviométricas e equipamentos de drenagem nos loteamentos", diz ele.

Valmi Bittencourt, arquiteto e professor da UFSC, é incisivo: "ninguém está preocupado a não ser com o custo do terreno", diz ele. "O terreno tem que ser barato, não interessa em que buraco for."

"Os fundos de vale onde existem passagens de água não podem ser ocupados", diz

Chuva cai, a cidade desaba

o engenheiro Fernando Castro Nunes. Sobre o bairro Monte Verde, totalmente inundado no dia 6, ele afirma que houve impermeabilização de áreas situadas em uma região plana, no pé de uma bacia. Mas também é categórico, lançando suspeitas sobre o sistema de drenagem feito por lá: "é necessário que ali existam galerias de drenagem no subsolo. Se não tem, que se façam."

Na UFSC, que perdeu 60 milhões nessa enchente, o problema foi de incompetência e falta de fiscalização. "Quem é você para por em dúvida o nosso trabalho?" perguntaram a Valmi Bittencourt os engenheiros que construíram a Escola de Engenharia. Valmi havia denunciado junto à Congregação da Escola que o nível do edifício estava abaixo do nível das águas. Agora, anualmente, o reitor vai a Brasília em busca de verbas para pagar os estragos.

Já que não se ouviu o arquiteto Valmi naquela época, talvez fosse importante ouvi-lo agora, quando fala das leis que regem a implantação de loteamentos, "sujeitas à especulação imobiliária". Valmi declara que é preciso inverter a maneira de fazer as leis. "Assim como está — diz ele — um especula-

dor pede a um vereador que apresente uma lei que pareça inocente, modificando este ou aquele dispositivo e, na realidade, é uma lei que vai esfregar a cidade."

LEIS ELITISTAS, DANOS INCALCULÁVEIS

"Não podemos responder à sua pergunta sem ter uma licença especial para isso", responde a voz pelo telefone, quando o repórter indagou sobre o índice pluviométrico do dia 6, em Florianópolis, e que causou uma série de problemas até então desconhecidos da cidade.

"Nós dependemos de uma ordem do 8.º distrito, que fica em Porto Alegre", explica o funcionário, após a manifestação de surpresa do repórter. Afinal, ordem especial para um dado tão simples? Antes, porém, de tentar argumentar com o funcionário sobre o direito à informação — ou sobre o absurdo da proibição — recebe uma indicação: "telefone para o CEDEC. Lá eles informam."

De fato. Na Comissão Estadual de Defesa Civil, o atendimento foi completo. No dia 6 de janeiro, quando a mais forte chuva de que

se tem notícia desabou sobre a ilha, Florianópolis encontrava-se despreparada para medir essa intensidade. "Choveu principalmente no leste da ilha, na borda exterior atlântica", explica o funcionário da CEDEC, "e lá não há pluviômetro ou pluviômetro."

Mas os aparelhos da CELESC, instalados em Coqueiros, registraram uma precipitação de 127,2 mm naquelas 24 horas. E no centro da cidade o registro foi de 134,3 mm. Qualquer destas duas marcas ultrapassa a maior marca já registrada na ilha, de 1934 até hoje, que foi de 119,5 mm. Três semanas mais tarde, no dia 30, tudo parecia que iria se repetir: em apenas três horas de chuva, foram registrados 80 mm. Segundo cálculos ainda não oficiais da Comissão de Defesa Civil, o mês de janeiro deste ano deverá dobrar a média de precipitação feita desde 1934, neste período, que é de 154,2 mm.

Costuma-se dizer, nesses momentos de calamidade, que "os danos são incalculáveis". Pode ser. Há dezenas de casos particulares de residências destruídas, depósitos e oficinas danificados, edifícios invadidos. Mas resta uma pergunta: que previsão foi feita sobre essa possibilidade de chuva — que, afinal, não foi nenhum ciclone — quando se construíram estradas (que desabaram), se avançou sobre os mangues (que inundaram), foram feitos bueiros (insuficientes) ou levantadas barreiras (que caíram)?

José Antonio de Souza
Viviane Bonetti Scirea



PARA ONDE VAI A UNIVERSIDADE

O ENSINO SEM DINHEIRO

A crise brasileira deverá deixar este ano profundas marcas nas áreas de maior importância social do País. Salários, saúde e educação já estão recebendo toda série de pressões e cortes.

Em relação à Universidade, há muito se fala na pretensa "necessidade" de cortes no despauperado orçamento do MEC.

Para se ter uma idéia, segundo o presidente da Apufsc, Raul Guenther, o último reajuste concedido aos servidores federais esteve tão aquém das reais necessidades que "tudo aquilo que havíamos conseguido com as greves anteriores, foi perdido. Contudo, a última greve conseguiu algo muito mais importante que foi barrar o começo da implantação do ensino pago que já estava pronto para ser passado por decreto".

A UFSC PAROU

Uma prova evidente de que a universidade está em crise são os orçamentos do MEC para a UFSC em 82 e 83. No ano passado recebemos Cr\$ 9 bilhões para serem distribuídos aos 10 centros que mantêm os 66 cursos que a universidade oferece. A verba destinada pelo MEC este ano, também é de Cr\$ 9 bilhões, como se a universidade tivesse parado no tempo e como se fosse possível desconhecer uma inflação, prevista pelo próprio Governo, de 70% em 83 mas que somente em janeiro já disparou em 9%.

E a Ministra da Educação e Cultura, Esther Ferraz, já advertiu os reitores de que somente aos casos considerados de extrema urgência serão concedidas suplementações de verbas para as universidades — o que era praxe em todas porque os orçamentos sempre estiveram aquém das reais necessidades do ensino.

Há quem prefira não temer as duras palavras da Ministra, como o pró-reitor de Administração, Rodolfo Pinto da Luz, para quem a Universidade Federal de Santa Catarina deverá receber uma suplementação de mais de Cr\$ 6 bilhões, o que totalizaria um orçamento em 83 de Cr\$ 15 bilhões. O ex-presidente da Andes, Osvaldo Maciel, por sua vez, já encara a realidade com um pouco de pessimismo, afirmando que "se as universidades permitirem, o MEC contará mesmo a suplementação e o orçamento global. Afinal o MEC representa o sistema que não tem como prioridades a saúde e a educação" entre outros.

Com um orçamento mingauado, chega a ser constrangedora a divi-

são do bolo. Isso num momento em que a maioria dos centros já está pedindo por socorro. O Centro de Ciências Humanas, por exemplo, abriga cinco cursos — todos com problemas financeiros. O curso de Geografia pediu Cr\$ 3 milhões para suprir as deficiências de material específico. A chefe do Departamento de Geografia, Neide Almeida, entregou a solicitação ao chefe do Departamento de Geociências e descobriu com espanto que esse é o total aproximado que o Centro dispõe para todos os cursos.

Sobre a possibilidade de fechamento de curso, Neide Almeida não aceita nem conversar, acrescentando que o mesmo vale para os cursos de História e Estudos Sociais. "A formação do professor de 1.º e 2.º Grau é imprescindível. Fechar os cursos é baixar cada vez mais o nível do ensino", concluiu.

DINHEIRO EXTERNO

O curso de Engenharia Mecânica, apesar do elevado custo de seus equipamentos e dos materiais empregados nas aulas práticas, é um dos que menos tem sofrido com o corte de verbas. Simplesmente porque há um grande interesse externo na formação desta mão de obra especializada, o que quase reduz a obrigação da UFSC ao pagamento dos professores (90%), num total de Cr\$ 250 milhões.

O restante das verbas provém de várias entidades ou instituições, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que investiu 700 mil dólares durante cinco anos, sendo que 670 mil foram para a compra de equipamentos. O governo alemão injetou 7 milhões de marcos, sendo que 3 milhões foram em equipamentos. A Finep — Financiadora de Estudos e Projetos — acertou Cr\$ 190 milhões em 1981/82 (na verdade, ao dar verba em dois anos reduziu-a bem menos, devido a desvalorização do cruzeiro). Há ainda outros convênios com a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior), CNEM (Comissão Nacional de Energia Nuclear) Fipec (um fundo ligado ao Banco do Brasil) e CNPq. Estes recursos são responsáveis por cerca de 25% do total aplicado na compra de equipamentos e material de consumo.

Contudo, apesar de toda esta "opulência" — em comparação com outros cursos — a Engenharia Mecânica não é o "paraíso da UFSC". As caríssimas máquinas estão sujeitas as intempéries e ou-

tros problemas. Goteiras pingando são comuns, localizadas em salas onde o sistema de esquadrias funciona mal. Segundo o Chefe do Departamento de Engenharia Mecânica, Arno Bollmann, quem mais sofre com isso são os professores, que lecionam em salas insalubres. Ele não é exceção das reclamações, pois considera as verbas insuficientes, tendo em vista que além das instalações deficientes, "está praticamente a zero a compra de novos equipamentos e material permanente".

OUTRO "NECESSITADO"

O curso de Engenharia de Alimentos tem esbarrado constantemente na falta de verbas, para efetivar a sua implantação. Em novembro do ano passado, a coordenadoria de Engenharia Química fez um pedido de Cr\$ 51 milhões para a compra de equipamentos necessários aquele curso. Foram atendidos em somente Cr\$ 7 milhões (70% das verbas do Centro Tecnológico), o que dá apenas para uma disciplina. Como a administração não dispunha do total reinvidicado, reduziu-se o pedido para Cr\$ 19 milhões, quantia que dava pelo menos para comprar as Unidades Experimentais do curso.

A ORDEM É ECONOMIZAR

Saúde e educação são duas áreas onde a palavra "economia" não deveria ser aplicada. Afinal, sendo prioridade de qualquer futuro de sua população, certamente haveria outros setores para fazer contenção de despesas — a começar pelas mordomias do próprio Governo e empresas estatais.

Contudo, é sobre o ensino que a palavra começa a ser aplicada cada vez mais com ênfase não só pelo MEC e reitores mas como também pelos diretores de centros e cursos. A Odontologia, por exemplo, é um dos cursos mais caros da Universidade e só no semestre do ano passado teve uma despesa de Cr\$ 17 milhões e meio para a compra de equipamentos. A verba destinada pela reitoria não é suficiente e o convênio que o curso tem com o Inamps ajuda mas não cobre o déficit. Por isso o chefe do Departamento de Estomatologia, Lauro Caldeira de Andrade, acha que "o jeito é fazer economia".

Segundo ele, houve um tempo em que o aluno fazia um molde e se não prestasse, fazia outros. Hoje não. Faz errado e certamente vai aprender na boca de seus pacientes. En-

fim, não há verbas...

Mas o maior problema para o Professor Lauro é o excesso de alunos nas aulas práticas. No vestibular entram 50 por semestre mas nas aulas aparecem 85 e ninguém diz porque. "Eu sei que uns vem transferidos de outros cursos, outros são reprovados, alguns são de outros horários e há até aqueles que conseguem através de política. Mas como é que eu vou colocar esses alunos numa sala com apenas 56 equipamentos?"

Lauro Caldeira de Andrade, contudo, parece interessado em tão somente resolver o problema de seu curso, porque para ele, "tem cursos que não precisam de materiais e você pode colocar 200 alunos numa sala e dar aula". Sem baixar a qualidade. Mas prosseguindo, o professor acrescentou que isso não é possível na Odontologia porque é um curso "essencialmente prático" não adianta sentar na mesa e arrotar sabedoria — tem que fazer".

O Coordenador de Engenharia Química, Leonel Teixeira Pinto, não procurou eufemismos para definir a situação do curso de Engenharia de Alimentos: "Sem esses Cr\$ 19 milhões o curso será inviabilizado". Porém, mesmo que se obtenha essa verba, há outro problema não menos grave — a falta de espaço físico para a instalação dos equipamentos.

Os estudantes de Engenharia Química, que foram conversar com o Reitor Ernany Bayer, não conseguiram obter garantia de nada. O diretor do Centro Acadêmico de Engenharia Química, estudante Edson, explicou que no início da reunião "o Reitor prometeu dar os Cr\$ 19 milhões mas no final encerrou com um 'eu vou conversar com a administração'".

Por tudo isso — e muito mais — as perspectivas para este ano não serão nada tranquilas na universidade.

O presidente da Associação dos Professores, Raul Guenther, disse que "a democratização da universidade passa pela elaboração e execução de um orçamento baseado nas reais necessidades da universidade, de cada curso. Hoje existe manipulação no orçamento. O MEC diz quanto tem para dar e não quanto precisa cada instituição". Por isso ele considera que é necessário unificar a comunidade universitária no sentido de conseguirmos força política e de pressão." (Reportagem de Maria José, Marcus Vinícius e Jane Maísa. Texto final de Celso Vicenzi)

QUEM SÃO OS CANDIDATOS

Apesar das dificuldades, o cargo de Reitor continua sendo muito cobiçado. Há vários candidatos em campanha.

Em maio de 1984 o Presidente da República escolherá, a partir de uma lista sêxtupla, o novo reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. Apesar dos problemas de verbas, das férias alteradas pela greve e de um fim de ano que ocorre em janeiro, começam as articulações dos diversos grupos no sentido de lançar seus candidatos. Afinal, a reitoria da UFSC é um dos mais cobiçados e importantes cargos da área da Educação em Santa Catarina, e traz um charme e um status de secretaria de Estado.

Começam as articulações — mas à boca pequena. As informações fluem com dificuldade, os grupos preferem esconder a escalada de suas equipes. Na Reitoria, por exemplo, os funcionários só poderão se manifestar oficialmente sobre o assunto a partir de maio. E alguns nomes, apontados como reitoráveis, esquivam-se das entrevistas.

Mas como se dá a eleição para reitor?

O Colégio Eleitoral que elege o reitor a cada quatro anos é formado pelo Conselho Universitário, pelo Conselho de Curadores e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, num total de 58 membros. Destes, 20 são professores, 10 são representantes estudantes, 10 são Diretores de Centro, e há 6 representantes da comunidade — ou de parte dela. São os 2 representantes da Federação da Indústria, 2 da Federação do Comércio e 2 da Federação da Agricultura. Fazem ainda parte do Colégio o reitor, o vice-reitor, 4 pró-reitores, o reitor da gestão anterior e um representante do MEC. O nome mais votado por esse Colégio encabeçará uma lista sêxtupla que poderá — ou não — ser aceita pelo Presidente Figueiredo.

AS QUATRO GRANDES FORÇAS

A Reitoria tem um candidato praticamente declarado: Rodolfo Pinto da Luz, pró-reitor de Administração, apontado como candidato "natural". É ex-colega de trabalho da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz no Conselho Federal de Educação, o que é um trunfo poderoso. Além disso comanda, durante a atual gestão do professor Ernany Bayer na Reitoria, a área mais espinhosa, talvez, nesses momentos críticos de falta de verbas. Familiarizado com os problemas e com trânsito nos gabinetes em Brasília, Rodolfo tem nisso outro trunfo nada desprezível.

Caspar Erich Stemmer, que lidera outro grupo, diz que já perdeu, mas sempre há os que têm esperanças. Ex-reitor no período do Presidente Geisel, com quem mantinha laços amistosos, realizou uma administração polêmica. Administrou com mão de ferro e até hoje comenta-se seus métodos esdrúxulos de combater os ma's motoristas: em pessoa, Stemmer esvaziava os pneus dos automóveis mal estacionados no Campus. Entrevistado, deu declarações e também respostas por escrito. Cuidadoso com a imprensa, fez questão de ficar com uma cópia do que escreveu. Mas Stemmer não é candidato. O nome de seu grupo é Rogério Vahl que, segundo contou, cultivava a secreta esperança de ocupar o primeiro andar da Reitoria há muitos anos.

Correndo por fora, e levando certo dissabor à reitoria, da qual é dissidente, vem o vice-reitor Nilson Paulo. Ele teria sido indicado para membro do CFE com a intenção de tirá-lo do páreo. Verdade ou não, é certo que Nilson Paulo driblou a questão mantendo firmes seus contatos e sua posição na UFSC. Ele não recebeu a imprensa. Prometeu, porém, responder as perguntas por escrito — o que também não fez. Sabe-se, no entanto, que tem bom trânsito em esferas federais, sendo representante de Santa Catarina no CFE. É presidente do Conselho Estadual de Educação.

A quarta força é considerada também "candidato natural". Trata-se do professor Osvaldo Maciel que entre as bases — servidores, estudantes e professores — tem uma força enorme. Tido como ponderado mas decidido, é bom negociador e destacou-se nas greves dos docentes. Como presidente da Associação Nacional dos Docentes — ANDES — teve atuação impecável, segundo seus próprios adversários dentro do movimento. Foi presidente da APUFSC mas, é claro, tem contestadores fortes mesmo entre os professores. É respeitado por estudantes e servidores com os quais, na greve do ano passado, tentou formar um início de atuação conjunta.

Existem outros candidatos. Alguns são independentes, tentando compor forças, outros tentam indicação dentro de seus grupos. Paulo Lago e Sílvio Coelho são dois deles.

"ESTUDANTE E FUNCIONÁRIO NÃO SABEM VOTAR"

Das 16 mil pessoas que habitam o campus, apenas 58 votam para reitor, sendo que entre estes com exceção dos professores, não há nenhum representante dos trabalhadores. Nem da Universidade (servidores), nem da comunidade, onde só as federações patronais estão representadas. O processo eleitoral está sendo bastante discutido e questionado. Existe uma certa unan-

imidade em considerá-lo artificial e pouco representativo. As divergências se dão quanto a intensidade da crítica e a natureza das sugestões. O ex-reitor Stemmer, por exemplo, reconhece falhas no processo, mas vê dificuldades em sugerir algo melhor. No entanto, ele tem certeza de uma coisa: "estudantes e funcionários não estão preparados para votar."

Já para o professor Maciel "o processo é totalmente antidemocrático, fechado e de pouca participação da comunidade". E conclui: "sou anti-processo". A Reitoria, por sua vez, parece interessada em promover uma reformulação geral no processo de escolha. Pelo menos é isso que transparece nas declarações de Rodolfo Pinto da Luz. Para ele "o processo deve se dar da maneira mais representativa possível". Mas faz a ressalva de que esta representatividade deve estar dentro da lei, por isso a necessidade de reformulação. Para o DCE, o processo é antidemocrático e por isso pretende exigir a realização de uma consulta prévia à comunidade. Esta também é a proposta da APUFSC que vê na realização das prévias a possibilidade de se implementar um amplo debate sobre a reestruturação da Universidade.

O QUE PESARÁ NA DISPUTA?

Nessa batalha que apenas começa, as previsões de vitória são difíceis. Se fizermos a avaliação considerando somente as declarações dos reitoráveis, nenhum grupo vence porque ninguém admite ser candidato. Rodolfo diz que não é candidato e quer falar sobre o assunto apenas a partir de maio. Maciel acha que professores, estudantes e servidores não devem lançar ninguém. O papel desse conjunto — segundo Maciel — é transformar o processo eleitoral em fórum de debates. Nilson Paulo sequer pôde ser entrevistado e Vahl estava em viagem. O professor Stemmer se diz mais preocupado em defender a universidade, apontando um caminho diametralmente oposto ao indicado pela APUFSC. "Estamos na trincheira defendendo a universidade e esperando passar esta onda democratizante", informou ele. Já a associação dos professores, que no ano passado lançou a palavra de ordem "professores em defesa da universidade", liderou uma greve que tinha como uma das principais reivindicações a democratização da instituição. Democratização, para esses professores, significa, entre outras medidas, realizar eleições livres e diretas para a reitoria. A APUFSC apoia Maciel.

Ninguém admite que é candidato, mas sabe-se que já estão em campanha. Todos sabem que a indicação de seus nomes não é aleatória. Pelo contrário: ela é fruto de um trabalho desenvolvido ao longo dos anos, da habilidade política, do poder de planejamento, em Brasília, e, é claro, das informações do SNI. Aqui no campus, quando os componentes dos vários grupos se referiam aos adversários, preferiam comentar seus trunfos ao invés de suas qualidades mais visíveis. Afirmações do tipo "ele é amigo da ministra, ou 'fulano relaciona-se bem com o Cruz e Sousa' ou, ainda, 'ele tem bom trânsito entre os militares', dão bem uma idéia de que valores entram em jogo. Por isso, a pergunta: o que pesará mais, em maio? O conceito adquirido dentro do Campus? Habilidade política em Brasília? Influência do palácio Cruz e Sousa? Os registros no SNI? Mesmo com tudo isso, o Presidente Figueiredo poderá recusar a lista.

AS DIFICULDADES DO PRÓXIMO REITOR

Sabe-se que o futuro reitor encontrará uma universidade carente de recursos, ainda mais podados pelos cortes anunciados pela ministra. Mas nem todos acham que este — verbas — é o problema maior. Para Stemmer os grandes problemas da universidade são o desmoronamento da hierarquia, a pseudo-democratização (sic), o processo de sindicalização dos professores e as constantes greves que interrompem as atividades didáticas. A falta de recursos está relacionada com a crise econômica mundial. "Basta apenas um pouco de criatividade e trabalho para superar os problemas financeiros", afirma ele, sem aprofundar a questão. Já para o pró-reitor Rodolfo Pinto da Luz, a falta de recursos é permanente. Ainda assim, ele está bastante otimista e aposta na suplementação, contrariando declarações recentes da própria ministra. Veremos. Para ele, os esforços desenvolvidos pela futura administração devem ser no sentido de convencer o governo da necessidade de se ter uma universidade competente. "Temos que investir na educação, temos que convencer o governo de que a educação é essencial", propaga Rodolfo.

Osvaldo Maciel também ultrapassa a barreira da questão financeira. Segundo ele, a universidade está também falida política, social e moralmente. "Para superar os problemas o sucessor deve ser tanto um bom administrador quanto um sujeito capaz de somar dentro da comunidade e fora dela", analisa ele. (Elisana Arndt e Romeu Scireia)

SERVIDORES DEBATEM RUMOS DO MOVIMENTO

No final do ano passado os funcionários públicos das autarquias federais entraram em greve reivindicando melhores condições de trabalho.

A Ufsc, pioneira no movimento nacional, formou numa assembléia geral realizada em setembro, uma Comissão de Mobilização Salarial. Os integrantes dessa comissão acusavam a ASUFSC (Associação dos Servidores da UFSC) de frear a mobilização dos funcionários. A ASUFSC respondeu à acusação chamando os componentes da Comissão de "divisionistas". Mais tarde a diretoria da associação abandonaria uma Assembléia onde os funcionários optaram pela paralisação

total. O "racha" repercutiu nacionalmente, e num momento que se buscava uma unidade do movimento em todas as universidades.

Terminada a greve, sem que as reivindicações salariais fossem atendidas, uma pergunta fica no ar: que rumos deverá tomar o movimento em 1983?

Entrevistamos dois personagens representativos do movimento dos servidores. Um deles é Álvaro Reinaldo de Souza, presidente interino da ASUFSC. O outro é Pedro Manuel da Costa, vice-presidente da Comissão de Mobilização Salarial. Para os dois servidores foram feitas exatamente as mesmas perguntas. Aqui, os seus depoimentos.

O que os servidores esperavam do movimento de 82? O que reivindicavam e o que foi dado a eles?

Álvaro: Os servidores esperavam maior sensibilidade e maior consideração por parte do Governo, que mostrou mais uma vez uma grande prepotência e uma grande desconsideração com as pessoas que carregam esse País nas costas. Ao mínimo que foi solicitado não foi dado absolutamente nada, embora a boa vontade da Ministra da Educação. Ela não conseguiu fazer com que o centro de poder, que é o super ministério de planejamento, atendessem essas reivindicações que pelo menos melhorasse essa miserabilidade em que vivem hoje os servidores públicos brasileiros.

Pedro: Nós esperávamos que o Governo se sensibilizasse com as nossas reivindicações, que são justas. São reposições que foram tiradas, salários que foram retirados e nada foi dado. E o que nós ganhamos foi uma mobilização feita pelas bases, aproveitada por determinadas pessoas interessadas em se promover pessoalmente, e profissionalmente, levando o movimento a reboque. Usando a desgraça dos funcionários em interesses de grupos.

Faça uma avaliação crítica do movimento:

Álvaro: O movimento foi vitorioso por conseguir articular a nível de Brasil, pela primeira vez uma categoria que se organizou, se mobilizou e está servindo hoje de

exemplo para reivindicar seus direitos mínimos de sobrevivência, que estão inclusive na Constituição e nem isso o Governo Federal está garantindo. São pessoas decentes que estão querendo organizar esse País, porque um País sem educação e sem saúde, é um País sem perspectivas. Em 1983, a organização tenderá a melhorar, havendo uma articulação maior, abrangendo todos os servidores públicos, porque o objetivo final nosso, é a derrota dessa política econômica que esse governo está impondo aos trabalhadores. Infelizmente os servidores públicos esperavam mais da classe política, que mais uma vez se preocupou em resolver a sua situação, para depois resolver a situação dos servidores públicos.

Pedro: A nível interno quem fez o movimento realmente foram os funcionários. Apesar que a diretoria da nossa associação, de início, tentou boicotar qualquer movimento aqui dentro. O nosso movimento teve um ritmo normal, enquanto havia a satisfação de um grupo, porque ao terminar de se satisfazer começaram a reprimir. O Prefeito do Campus começou a reprimir os funcionários que participaram, mas em contrapartida tinha funcionários na casa dele trabalhando de graça. Nosso ex-Vice-Presidente da Associação, Sr. José Fernandes Neves Júnior, diretor administrativo do Hospital Universitário, em momento algum fez algo pelo movimento, muito pelo contrário. O HU foi a única unidade que não paralisou em nada. Ele era a segunda pessoa que nos representava dentro da ASUFSC, então esse pessoal não tem compromisso nenhum com a causa dos servidores. Fomos tachados de subversivos, de pertencermos a extrema-esquerda, extrema-direita, enfim de extrema tudo, por que não vinha ao encontro dos interesses desses companheiros nossos. A nível nacional, durante o IX Encontro Nacional das Associações de Servidores de Universidades Brasileiras, realizado no Rio de Janeiro, nosso Comando Nacional de Pa-

Nacional das Associações de Servidores de Universidades Brasileiras, realizado no início deste ano no Rio de Janeiro?

Álvaro: A forma de encaminhamento é a mesma, apenas está se compondo novas situações em função de novos fatos que estão havendo. O movimento do servidor tem uma coisa básica que ele tem que transpor, de um lado a imobilidade do órgão dirigente nacional hoje, que vem de uma tradição peleguista anterior de nada fazer. Temos hoje várias associações e confederações no Brasil que não representam ninguém, quem realmente representa são as bases, os servidores. Do outro lado há uma necessidade muito grande de transpor a afoiteza de um outro grupo, que é contra o grupo que está no poder, que tem características ideológica e partidária definitivas e que tenta impor ao movimento dos servidores essa estratégia. A Universidade é um lugar onde existem os fascistas, trokistas e oportunistas, tem até corruptos. A única alternativa é transpor isso e colocar o movimento na frente, em cima de propostas, não adianta colocar o negócio em cima de pessoas, esse movimento não tem dono. Isso é um recado que deve caber para todos e quem chiar com isso é porque o chapéu ficou certinho na cabeça dele.

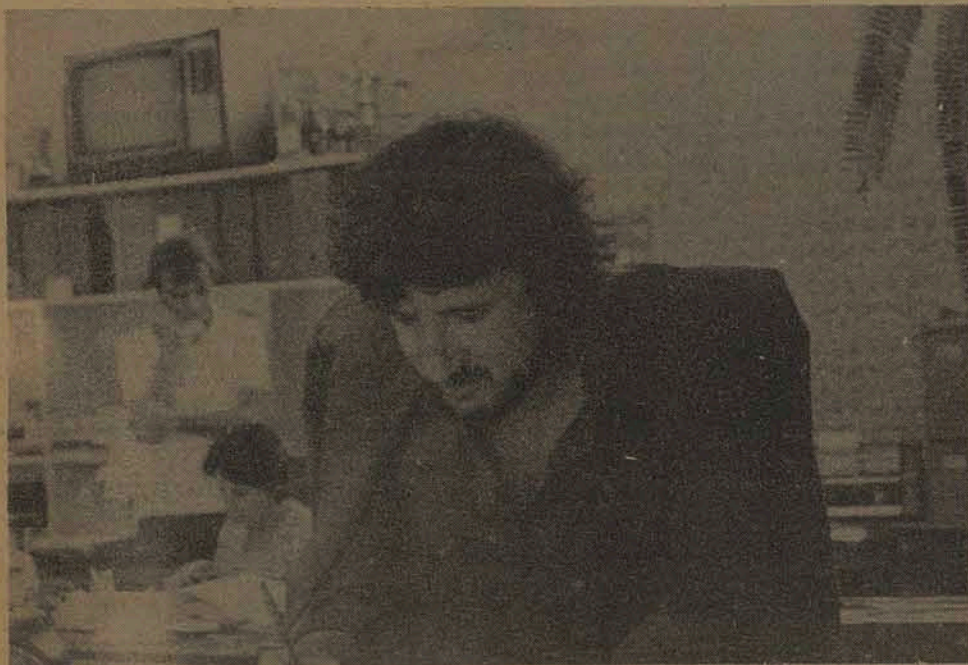
Pedro: É meio prematuro afirmar, mas pelo que se pode notar a própria estrutura da FASUBRA (Federação de Associações de Servidores Brasileiros), hoje, já está modificada, superficialmente, mas é um grande avanço. A surpresa que houve no IX Encontro foi a união do pessoal mais comprometido, forçar novas lutas para 83, como a unificação do movimento a nível nacional com entidades a nível federal. Justamente esse pessoal está disposto a fazer alguma coisa, tanto é que tem Estados que destituíram suas direções pelegas, provando que está havendo o espírito de mudança. Mas, em contrapartida, existem pessoas que se aproveitam dessas situações, com discursos bonitos, para reunirem esse pessoal em torno de si, fazer nome. Para isso eu pergunto, é preciso fazer nome ou fazer lutas para realmente conseguirmos nossos objetivos? Há interesse de disputa, de poder dentro de nossa entidade máxima, a FASUBRA, querem destituir uma coisa ruim para ficar uma outra coisa que é a mesma coisa, só com fachada diferente. Esses interesses vem ao encontro dos interesses da UFSC, como a sucessão para Reitoria, pela própria disputa que vai haver em outubro pela nova diretoria da ASUFSC, onde eles nos acusam de querer o poder e nós demos provas durante a greve de que, quando esse pessoal se tocou que devia assumir, nós nos afastamos, porque ninguém era personalista. Eles assumiram a luta dos funcionários, que são as nossas lutas, nós simplesmente colaboramos, não quisemos ser estrelas e não fomos a testa de nada.

Álvaro:

"A Universidade é um lugar onde existem os fascistas, os trokistas e os oportunistas. Tem até corrupto."

ralização, foi muito criticado por não saber dar um posicionamento político ao movimento. O próprio Comando se resumia em uma ou duas pessoas, mais nada. E quando tinha algum delegado de base, praticamente não eram ouvidos... Enquanto tinha gente lá no Comando que só andava de táxi, que só queria falar com a ministra e o Comando que realmente deveria ser nossa orientação, deixou o barco à deriva.

Estão ocorrendo mudanças no movimento para 83, depois desse IX Encontro



Nas eleições da FASUBRA, estão pleiteando a presidência, por Santa Catarina, Álvaro Reinaldo de Souza, Nilton Parma (atual presidente da ASUFSC) e Adir Vieira que foi secretário geral do Comando Nacional de Paralisação e, por Minas Gerais, Mário Márcio, atual presidente da Associação dos Servidores de Minas Gerais. O que acha disso?

Álvaro: Preliminarmente havia sido considerado anteriormente que uma das pessoas que tinha alternativa de compor os dois lados, seria o Mário Márcio, de Minas Gerais, não só pela questão de ser o Mário Márcio, mas é que Minas tem uma tradição de luta. Minas é um centro político importante, Minas tem uma imprensa importante e está no centro do País. Em primeiro lugar, realmente, fomos convidados para ser presidente. Tanto eu como o Nilton negamos, não temos interesse. Em segundo, é bom que fique claro que Santa Catarina não vai apoiar nomes, mas sim propostas e chapas que sejam passadas em Assembléias Gerais de servidores. Essa eleição não será de cúpula, de conchavos. Nós temos um único interesse, que é o servidor, fora disso não negociamos com ninguém, apesar das más línguas que tem por aí, tem gente com calo na língua, que nós convidaríamos, inclusive, para vir trabalhar aqui na associação.

Pedro: Está muito confuso qual de Santa Catarina será o indicado para a presidência da FASUBRA. O que se nota é uma movimentação nesse sentido, não somos tão ingenuos a tal ponto de pensarmos que não. Um fato muito interessante é que o companheiro Álvaro foi para o Rio de Janeiro, participar do IX Encontro, como presidente da nossa entidade, porque o presidente Nilton Parma se afastou por motivos particulares, e o interessante é que o Nilton Parma estava lá também, cuidando dos seus interesses. Então eu vi qual foi o motivo imediato para que houvesse essa substituição. Minas Gerais está querendo a presidência da FASUBRA,

isso deu de notar. O companheiro Mário Márcio não seria um dos piores, muito pelo contrário, porque ele é um cara que, se empurrado pelas bases, ele realmente assume, ele não é de fugir da parada.

E as eleições na ASUFSC. Quem será o próximo presidente? Álvaro Reinaldo de Souza?

Álvaro: Na última eleição nós montamos uma chapa "Novo Rumo", que competiu com a "Movimentação", que representava a estrutura anterior, e ficou claramente definido aquela vez que nós articulamos a chapa, eu fui um dos articuladores, porque eu tenho um inimigo mortal nessa universidade, que é o grupo do Stemmer, os caras não gostam de mim, eu não gosto deles, o negócio é recíproco, porque eu realmente não gosto dos métodos deles, não gosto das pessoas deles e eles também me abominam. A posição da ASUFSC esperamos que vá mais longe, não pretendemos que haja um retrocesso, que

Pedro:

"Fomos tachados de subversivos, de pertencermos à extrema-esquerda, extrema-direita, extrema-tudo."

volte a estrutura anterior, pretendemos a eleição direta. Todos podem ficar tranqüilos que o Nilton Parma não será candidato a reeleição e nem eu serei candidato a reeleição.

Pedro: Considero o Álvaro muito fraco para assumir a presidência, ele é muito articulador, mas acho que toda a articulação que está sendo feita, não é para o companheiro Álvaro assumir a presidência, tem gente sendo fabricada para isso. A atual diretoria já tem nomes certos para a presidência, sabemos que tem os presidenciáveis e os preferidos deles, inclusive a sucessão na nossa ad-

ministração (reitoria) vai influir nesse processo eleitoral. Não tem outro grupo que tenha a mesma chance de disputar que a atual diretoria, que tem o poder de barganha, que é atrelada à Reitoria, então ela ainda tem essa máquina para trabalhar por ela. O companheiro Álvaro tem outros objetivos e outros encargos para não se submeter a presidência da ASUFSC.

Após a greve houve demissões ou remanejamento dentro do quadro de funcionários da UFSC? Como é o caso do funcionário Lídio, da Prefeitura do Campus?

Álvaro: Todos os casos que houve, estão aqui com a gente. O caso do Sr. Lídio ainda não chegou, inclusive estamos fazendo o pedido para que façam o relatório da situação.

Pedro: Tomei conhecimento do caso do companheiro, um senhor que trabalhava há 12 anos na Prefeitura do Campus, nunca ti-

veram queixa dele, de repente ele foi acusado a priori de ter participado de uma briga no gremio dos servidores da prefeitura, mas ele estava em casa quando aconteceu a briga. Furado o argumento, o Prefeito, autoritário, fascista mesmo, por um cargo de confiança a gente deve ter uma personalidade, um caráter, que não vai deixar dinheiro, nem cargos influenciarem na conduta da gente. É muito triste o remanejamento, depois de trabalhar 12 anos num setor e pegar um outro totalmente desconhecido. Ele está a no almoxarifado da UFSC, isto mostra a falta de credibilidade da palavra do Reitor, da qual eu sempre duvidei e denunciei em Assembléia, e aí está a prova, um funcionário simples, humilde, sendo remanejado, feito um tolo, uma criança, só porque participou de um movimento grevista. (Texto e fotos de Celita Maria Forte Campos)



Agora, pronto para o trabalho, um novo tipo de profissional

Dia 9 de fevereiro de 1983, 19h, Salão Nobre do Centro de Convivência: a UFSC forma sua primeira turma de Jornalistas. Os Formandos 82, que colam grau no início de 83 tem, como campanha de "lançamento", "out-doors", folhetos, anúncios em jornais e cartazes. Todos com uma proposta: "Esta turma quer por uma boca no mundo".

A campanha foi desenvolvida pelo aluno Jarsom Frank no cumprimento das tarefas da disciplina Projetos Experimentais de Comunicação, da última fase. Visa, principalmente, motivar possíveis empregadores de profissionais de Comunicação, ativar o mercado não-tradicional e esclarecer sobre a amplitude de tarefas que um técnico do nível que está sendo formado pela UFSC pode executar.

Os folhetos, com informações sobre o que é um Curso de Comunicação Social, para que serve e qual o perfil dos profissionais que forma, estão sendo distribuídos, por via postal, para cerca de 2 mil endereços selecionados entre Prefeituras, cooperativas, associações, indústrias

e empresas que tenham porte suficiente para necessitar dos serviços de um profissional de Comunicação, repartições públicas, rádios, jornais e TVs.

AS HOMENAGENS

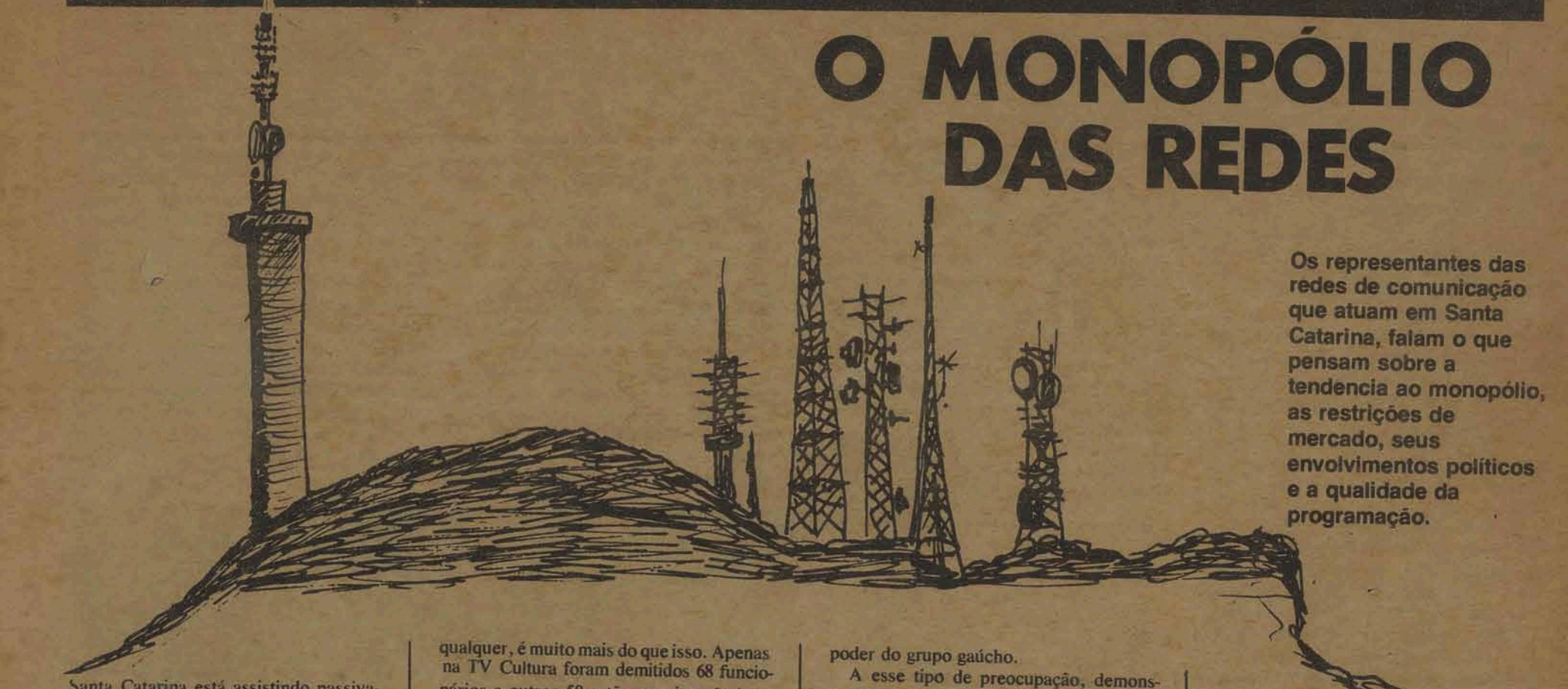
Os formandos 82 de Comunicação Social escolheram chamar-se "Turma Professores Maria Elena Saraiva e Daniel Herz". Os homenageados são professores do Curso desde 1980. Como patrono a turma escolheu o jornalista catarinense morto pela repressão em São Paulo, Rui Pfuertzenreuter. Como paraninfo a escolha recaiu sobre outro professor do Curso: Airton Kanitz. O orador será o próprio Jarsom Frank, (que na foto aparece junto à sua criação) e Maria da Graça Silva fará, em nome da turma, o juramento.

A solenidade, bastante simples, além dos discursos habituais do orador e do paraninfo terá a apresentação de um audiovisual sobre a história do Curso, realizado pelos Professores Daniel Herz e Maria Elena Saraiva em retribuição à homenagem. O audiovisual, realizado a partir de centenas de fotos dos arquivos da UFSC, se constitui num importante documento de registro dos principais momentos do início da implantação do Curso, durante os quais esta primeira turma teve participação importante. (Foto de Luciene Cruz)



O MONOPÓLIO DAS REDES

Os representantes das redes de comunicação que atuam em Santa Catarina, falam o que pensam sobre a tendência ao monopólio, as restrições de mercado, seus envolvimento políticos e a qualidade da programação.



Santa Catarina está assistindo passivamente à polarização do mercado de comunicação entre três poderosas redes. A própria lógica capitalista é responsável pelo desencadeamento do processo de monopolização. É isso que acontece com os meios impressos, por exemplo. Com relação às empresas de radiodifusão, o processo é basicamente o mesmo, porém é o governo que estimula a concentração da propriedade, do capital e da tecnologia, contrariando o Código Brasileiro de Radiodifusão.

Notícias de novas concessões e aumento de potências de emissoras dirigidas por influentes grupos econômicos são frequentes. O favorecimento do governo desequilibra a concorrência, fazendo com que dezenas de pequenas emissoras, impedidas de manterem uma programação própria, sejam vendidas para as grandes empresas. O recente caso da venda da Rede Cultura é um bom exemplo da incoerência de um modelo cujo vício fundamental é a concentração e o monopólio.

Os empresários afirmam, com convicção, que são os profissionais de comunicação e a população que lucram com essa situação. Mas o estreitamento do mercado de trabalho e a escassez de programação local contrariam esta afirmação.

"BOTA-FORA"

Há algumas semanas, o Estado foi surpreendido com notícias sobre a venda de emissoras de TV, rádio e, inclusive de um jornal de circulação estadual. O empresário Mario Petrelli fez um verdadeiro "bota-fora" com empresas de comunicação nas quais era sócio majoritário.

Depois de muitos arranjos, manobras e recuos, a situação dos meios de comunicação no Estado foi substancialmente alterada. A TV Cultura de Florianópolis foi vendida para o Grupo Diomício Freitas (Eldorado) a TV Cultura de Chapecó, a Rádio Cultura e a Rádio Diário AM-FM para Rede Brasil Sul. E até mesmo o Jornal de Santa Catarina, carro chefe do grupo, teria entrado na negociação, sendo adquirido por Flávio de Almeida Coelho em associação com Telvio Maestrini, ambos diretores da empresa.

O que a primeira vista pode parecer uma simples transação econômica como outra

qualquer, é muito mais do que isso. Apenas na TV Cultura foram demitidos 68 funcionários e outros 50 estão em situação bastante delicada. Além desse resultado imediato existe uma série de outras implicações. Uma delas, a mais grave, é a evidente tendência de concentração da propriedade dos meios entre três grandes grupos: a RBS, da família Sirotsky, o grupo Eldorado de Comunicação e os empresários Bonato-Brandalise e Roberto Amaral, proprietários da TV Barriga Verde e Planalto.

"NÃO HÁ MONOPÓLIO"

— Como o senhor vê esta questão do monopólio dos meios e conseqüentemente, da informação? Ao ouvir a pergunta, Estácio Ramos, diretor superintendente da TV Catarinense, se altera e, irritado, toma a pauta das mãos do repórter, dizendo que havia um grave erro de interpretação. Após ouvir as explicações, resolveu responder a pergunta. A entrevista segue num clima tenso.

— Não há monopólio em relação ao mercado. As três redes nacionais em operação estão representadas em Santa Catarina. Não existe monopólio onde a concorrência se amplia.

Estácio diz não concordar com a afirmação de que o público é o grande prejudicado com um sistema de televisão que difunde e impõe autoritariamente valores sociais e culturais e que não permite a participação popular. Segundo ele, a comunidade é quem se beneficia com o poder tecnológico que a RBS possui e utiliza com "trabalho e criatividade".

A RBS possui, em Santa Catarina, quatro emissoras de TV, duas rádios AM e quatro FM. Nos planos da rede estão a extensão do sistema de micro-ondas e o aumento de potência nas emissoras de algumas cidades, já autorizados pelo DETEL. O grupo também participa da concorrência para a concessão do canal de TV de Itajaí, cujo resultado deverá ser anunciado no início de março. Estácio Ramos declara que a RBS não cogitou a compra do Jornal de Santa Catarina no mesmo pacote em que adquiriu as emissoras de rádio e televisão. Apesar da veemência de Estácio, comenta-se que a RBS teria tentado comprar o jornal, só não conseguindo por interferência do governo estadual que não via com bons olhos o vertiginoso aumento de

poder do grupo gaúcho.

A esse tipo de preocupação, demonstrado pelo governo, a RBS responde com uma agressiva política de relações públicas. O grupo investe, — inteligentemente — recursos em promoções e realizações assistenciais e recreativas (operação criança, chegada do papai Noel, ginástica na praia, etc). Para provar isso, no final da entrevista, procurando compensar o clima de mal estar criado pelo incidente do início, Estácio presenteou o repórter com três porta-copos de metal, enfeitados com o logotipo da Rede Brasil Sul.

"INCOMPETENTES E MALANDROS"

"Não se pode fazer TV isolado. Com três grandes redes em Santa Catarina, quem sairá lucrando é o anunciante e o povo. Isso é o que diz Darci Lopes, Diretor Geral da TV Eldorado em Florianópolis e agora diretor da TV Cultura que ele mesmo fundou há 12 anos.

Darci acha que as razões do fracasso da TV Cultura foram as más administrações. Desde que ele deixou a direção da empresa, cinco diretores diferentes gerenciaram a "Rádio e Televisão Cultural S.A." até a venda para o grupo Eldorado. O novo proprietário da TV Cultura é filho de Dilor Freitas, cabeça do grupo desde a morte de Diomício Freitas. Sobre a demissão dos 68 funcionários da Cultura, Darci disse que existe muito "murmurilo" e que foram despedidos apenas "os incompetentes e os malandros".

Ele não acredita que as causas da restrição do mercado e do desemprego sejam a concentração dos meios e o mau uso da tecnologia. Especificamente, com o caso da Rede Bandeirantes, que implantou um sistema de satélites desempregando centenas de funcionários em todo o País, Darci acha que foi uma necessidade de "racionalização". Na sua opinião, a verdadeira causa de tanto desemprego é devido à atuação dos sindicatos que, segundo ele, "nos últimos anos só tem jogado os empregados contra os patrões".

O grupo Eldorado também concorre à concessão do canal de TV de Itajaí. Darci Lopes disse que está bastante confiante com a provável conquista. E com certeza tem motivos suficientes para demonstrar confiança. Há algumas semanas, o depu-

tado Nereu Guidi viajou para Brasília com o objetivo de interceder em favor do grupo junto ao ministro das Comunicações Haroldo Corrêa de Mattos.

Nos planos da Rede Eldorado estão, além de novas emissoras no interior do estado, a implantação de uma rádio FM em Florianópolis. Apesar de dizer que não existe nada de concreto, Darci Lopes confirmou a intenção do grupo em criar um jornal impresso, de circulação estadual.

"CULTURA PRO POVO"

Ivan Bonato, da TV Barriga Verde, bastante receptivo, faz a mesma avaliação de seus concorrentes sobre a tendência para concentração dos meios entre as três grandes redes de comunicação no estado. "A competição é salutar e quem sai ganhando é o telespectador".

O Diretor superintendente da "Barriga Verde" diz que pretende aumentar o vínculo com a associada TV Planalto de Lages, cujo sócio majoritário é o empresário Roberto Amaral. Disse também que o grupo planeja regionalizar a atuação com novas emissoras de televisão e implementar investimentos na área de rádio. Atualmente o grupo possui sete emissoras de rádio que, segundo o empresário, "são negócios bastante viáveis".

Sobre a qualidade da programação da rede SBT, ele declara que faz TV para o gosto do povo. Os índices comprovam isso. A cultura do povo não é só orquestra e balé. E conclui ressaltando que "estamos empenhados em dar cultura ao povo. Porém, não se vive só de dar cultura pro povo".

O empresário Ivan Bonato mostra-se muito cético com a possibilidade de o grupo do qual faz parte ganhar a concessão do canal de Itajaí. Ele acredita que "desta vez quem deve ganhar é a Eldorado". No entanto, não quis dizer porque pensa deste modo. Comentou apenas que "é tudo uma questão de política".

A entrevista terminou com a entrada repentina, na sala do prefeito da Capital, Francisco Cordeiro. "...E tudo uma questão de política". (Aderbal Filho e Sérgio Murillo).